

COMUNICAÇÃO PARA TODOS

NASCIDAS EM MEIO A POLÊMICAS E DEBATES INFLAMADOS, AS PROPOSTAS DA CONFECOM APONTAM NOVOS CAMINHOS PARA O SETOR DE COMUNICAÇÃO NO BRASIL

POR PAMELA FORTI

ENVIADA ESPECIAL A BRASÍLIA

Foto

Foram dois anos de gestação e árduas negociações até que a 1ª Conferência Nacional de Comunicação — a Confecom — pudesse ser efetivamente realizada. Nesse meio-tempo, houve quem descreditasse sua realização ou seus propósitos. Mas o fato é que a conferência tornou-se realidade e aconteceu entre os dias 14 e 17 de dezembro, em Brasília. Apesar dos inúmeros problemas organizacionais ocorridos nos primeiros dias, a Confecom foi encerrada com saldo positivo, aclamada pela maioria dos participantes como um espaço de debates inovador e democrático.

Historicamente, o Brasil já havia realizado conferências em outros setores, como saúde e educação; mas não sobre comunicação. No último mês, quebrou-se o tabu e o assunto veio à tona, graças ao esforço do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC), que encabeçou a organização do evento, juntamente com outras entidades de classe e com apoio do poder público e parte do empresarial. "Na Argentina nunca houve uma conferência desse estilo. É um modelo de participação diferente. Porque discutir isso fora do meio universitário, fora do âmbito dos trabalhadores do meio e dar visibilidade a essa problemática é muito importante", considerou Damian Loretti, assessor jurídico da Federação Argentina dos Trabalhadores de Imprensa. O maior mérito da conferência foi, portanto, trazer a questão para o seio da sociedade civil, inaugurando o diálogo com o setor empresarial e governamental. Segundo Loretti, na América Latina modelos semelhantes podem ser encontrados apenas no Peru e no México.

Na solenidade de abertura — que contou com a presença do presidente Lula — houve uma homenagem ao jornalista Daniel Herz, entusiasta da democratização das comunicações e um dos fundadores do FNDC. Curiosamente, Herz é também o autor do livro "A História secreta da Rede Globo", que inspirou o filme "Muito além do cidadão Kane", do diretor britânico Simon Hartog. A Rede Globo foi uma das entidades privadas acusadas de tentar boicotar a discussão, já que participou de todo o processo de estruturação do evento e o abandonou às vésperas de sua realização. "Por que ela saiu, eu não sei. Mas acredito que seja a natureza do escorpião. Uma tradição antidemocrática, uma tradição autoritária, de não-debate, de não-negociação, de não-conversa

QUATRO DIAS INTENSOS

Após seis meses de conferências estaduais e municipais, milhares de propostas chegaram à etapa nacional para serem submetidas à plenária final. Talvez o grande número de teses tenha prejudicado a organização das discussões na última fase, causando dispersão, confusão e perda de tempo. A aprovação do regimento, ocorrida no primeiro dia, foi muito atribulada e demorada; por isso os painéis temáticos tiveram de ser cancelados, comprometendo toda a programação seguinte.

A demanda reprimida por muitos anos gerou certa ansiedade e fez com que todos os grupos presentes quisessem se colocar a qualquer custo, culminando em discursos inflamados, vaia e gritos de ordem. A presença de movimentos sociais adjacentes, como o grupo relacionado à psicologia e outro ligado à saúde, também pode ter contribuído para a morosidade do processo. Além disso, as questões levantadas eram mais complexas do que o esperado e provocaram longas argumentações.

Mesmo com a aparente desorganização inicial, os ânimos foram se acalmando e a Confecom ganhou contornos mais precisos, que permitiram a apreciação das propostas nos grupos de trabalho e depois a votação na plenária final. "A gente teve muito pouco tempo para organizar. Só uma semana para sistematizar as propostas e organizar a [etapa] nacional. Com o pouco tempo que nós tivemos, eu acho que está ótimo", justificou Marcelo Bechara, coordenador da comissão organizadora da Confecom.

Durante os quatro dias de conferência, os veículos da grande imprensa, especialmente os que não aderiram ao movimento, pouco falaram sobre o assunto. Em muitos casos, a cobertura resumiu-se apenas ao dia da abertura, em razão da visita do presidente. A proximidade com as festas de final de ano e as reuniões da COP-15 (conferência climática em Copenhague) ofuscaram a Confecom.

Apesar disso, os grupos atuaram com firmeza e unidade. O conflito de interesses foi inevitável, mas foi superado pelas votações abertas. Jonas Valente, coordenador do Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social, concorda: "O discurso de que se tem que chegar num consenso é ruim. A democracia é feita de opiniões diferentes e acho que a maturidade democrática não é pensar igual, é criar procedimentos para que os diferentes estejam presentes, que possam participar e que se minimizem as condições diferenciadas de participação, que nós sabemos que existem".

Em meio a esse caldeirão de ideias, alguns grupos cresceram e foram ganhando expressividade ao longo dos dias, como é o caso da Associação Brasileira das Rádios Comunitárias (Abraço) e da Rede Bandeirantes, que tiveram participação intensa nas mais diversas questões. A CUT também atuou de maneira significativa nas questões tangentes aos direitos trabalhistas no setor da comunicação.

Fotos

fez com que ela se assustasse muito com essa possibilidade aqui", especulou Celso Schröder, vice-presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), coordenador geral do FNDC, jornalista e professor da PUC-RS.

Rumores dão conta de que a Globo, assim como outras emissoras de TV, teriam deixado a conferência por considerá-la amplamente dominada por representantes do governo e movimentos de oposição. Em agosto de 2009 a Abert, entidade representativa das emissoras de rádio e TV, resolveu retirar-se da conferência por entender que muitas das propostas em debate feriam a Constituição. Apenas a RedeTV! e a Rede Bandeirantes mantiveram participação. "Chapa

branca é a última coisa que essa conferência é. Até porque o governo é minoria, nós somos o menor segmento que tem aqui. O governo federal é 10%, o poder público é 20%. Se a sociedade civil e a sociedade empresarial se juntarem nas propostas, o governo perde tudo", defendeu Marcelo Bechara, coordenador da comissão organizadora da Confecom.

NECESSIDADES E LIBERDADES

Reunir a diversidade de demandas dos variados setores envolvidos na Confecom não foi tarefa simples. Muitas propostas se embrenharam por questões complexas, como a discussão em torno da criação de um Conselho Nacional de Jornalismo, veementemente defendido pela Fenaj e rejeitado pela Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra). "Nós precisamos compreender que a liberdade de expressão não é incompatível com a regulamentação e regulação. Ao contrário, ela só vem oferecer garantias. Se não, você vai achar que liberdade de expressão é um direito só dos jornalistas e das empresas jornalísticas. E isso seria um absurdo sociológico e filosófico", argumentou Schröder. Do outro lado, a Abra classificou a ideia do conselho autoritária e contra a liberdade de expressão. Mas a proposta foi aprovada. A conferência também deu seu aval à retomada da obrigatoriedade do diploma para exercício da profissão de jornalista.

Outro tema muito comentado e de direta incidência sobre o jornalismo foi a recriação de uma Lei de Imprensa mais adequada aos novos tempos. Walter Ceneviva, consultor jurídico da Abra e vice-presidente executivo da Band, explicou que "na medida em que o STF [Supremo Tribunal Federal] julgou uma lei inteira inconstitucional, ele criou um problema para os veículos de comunicação, porque não está claro hoje qual o procedimento para o direito de resposta, para cobrar um dano moral, para [punir] calúnia e difamação... E isso gera oportunidade para decisões absurdas, tanto a favor quanto contra os veículos de comunicação".

Também estiveram em pauta a revisão do sistema de concessões de rádio e TV, o Plano Nacional de Banda Larga, a descriminalização e o incentivo às rádios comunitárias, a propriedade cruzada dos meios de comunicação, controle de conteúdo, flexibilização da Voz do Brasil, redução tributária no ramo de telefonia, regras trabalhistas diferenciadas para funcionários fixos e temporários, entre outras.

Foto

PROPOSTAS EM DESTAQUE

No relatório final da Confecom, constam 665 propostas aprovadas, exaustivamente discutidas nos GTs e na plenária. Contudo, apesar de todo o esforço e boa vontade dos participantes, grande parte das propostas é vaga e esbarra na falta de detalhes sobre sua praticidade. É fato que muitos assuntos relevantes foram contemplados, mas há poucos indicativos sobre sua viabilidade e encaminhamento.

A seguir, resumimos algumas das propostas que ganharam destaque dentre as demais:

1. Criação de conselhos de comunicação nos âmbitos federal, estaduais e municipais, para fiscalizar a execução de políticas públicas e regulação de conteúdo.
2. Implementação de um mecanismo que garanta a distribuição dos conteúdos brasileiros e a proibição de controle por um único grupo de mais de 25% da grade de programação em qualquer plataforma fechada.
3. Criação de um marco regulatório diferenciado, contemplando necessidades específicas de trabalhadores temporários responsáveis por produção de conteúdo.
4. Instituição de um código de ética do jornalismo brasileiro, como mecanismo de controle público e social, que garanta a qualidade da informação e o direito de resposta.
5. Elaboração de uma política pública de comunicação voltada para veiculação de conteúdo na área da saúde do trabalhador, visando prevenir doenças e dar orientação básica.
6. Fim da criminalização das rádios comunitárias sem outorgas e anistia aos processados e condenados.
7. Regularizar a proibição dos monopólios, oligopólios e propriedade cruzada dos meios de comunicação, já prevista pela Constituição Federal.
8. Proibir a aproximação empresarial entre políticos e negócios de comunicação em qualquer concessão pública durante o exercício de seu mandato.
9. Previsão de financiamento público para produção de programas de conteúdo sindical.
10. Garantir a regulamentação da profissão de jornalista, assegurando produção de informação de qualidade e democratização da comunicação.

Foto

PRIMEIRO PASSO

"Eu acredito que essa conferência superou todas as expectativas possíveis daquilo que a gente pensava durante a construção dos processos. Não tinha tido até então uma experiência de um debate público como esse, mais político, mais aberto", declarou, com entusiasmo, a secretária nacional de comunicação da CUT, Rosane Bertotti. Se a conferência é louvável por conta do pluralismo dos debates promovidos e por colocar o assunto na agenda da sociedade, vale lembrar que nenhuma das propostas aprovadas tem caráter efetivo.

As propostas da 1ª Confecom são apenas "sugestões" ou diretrizes a serem apresentadas às autoridades e ao Congresso. Transformá-las realmente em leis ou dar sequência prática a tais ideias é incerto e depende, em parte, de boa vontade política. "Não vamos esperar que o Congresso se sensibilize e venha participar porque não vão vir. É a sociedade que muda a realidade. São os cidadãos que se apropriam das suas prerrogativas, dos seus direitos, da sua cidadania.

Se organizam e se mobilizam para que as coisas mudem. E lento? É. A democracia é lenta", relativizou a deputada Luíza Erundina, uma das maiores incentivadoras da Confecom. "Mas vamos sair dessa conferência com um saldo organizativo importante, com a consciência ampliada. Eu acho que isso não é desprezível como resultado." Segundo a comissão organizadora da Confecom, o maior canal de divulgação das propostas seria a internet. O relatório com as propostas aprovadas só foi divulgado no site oficial da conferência no início de janeiro.

A Confecom traz em seu bojo o retrato do pensamento de uma sociedade. Abre a caixa de Pandora das comunicações e faz fortes provocações sociais. Mesmo sem resultados imediatos, é válida como exercício democrático de participação da sociedade. As primeiras resoluções ainda devem aparecer antes das campanhas eleitorais de 2010. Os próprios candidatos terão mais bala na agulha para debater o tema. Espera-se que sejam discussões efetivas, que procurem soluções, e não mera retórica política, como costuma acontecer.